

Sumário

Lista de Figuras	XV
Lista de Quadros	XVII
Lista de Tabelas	XIX
Lista de Siglas e Abreviaturas	XXI
Prefácio	1
Apresentação	3
Introdução	5
Capítulo 1– A Crise do Antropoceno e os Impactos na Amazônia Legal	9
1.1 O Antropoceno como nova época geológica	11
1.1.1 O reconhecimento – e a denominação – de uma nova época geológica: Antropoceno	13
1.1.2 O rompimento das fronteiras planetárias e a crise do Antropoceno.....	19
1.2 Peculiaridades do Antropoceno na Amazônia Legal: ocupação e consequências	25
1.2.1 A Amazônia Legal como fronteira de capital: ocupação, transformação e desdobramentos	26
1.2.2 O fenômeno da urbanização, impactos negativos e a Amazônia do Século XXI.....	35
1.3 O pensamento complexo e o Estado de Direito Democrático, Social e Ecológico	44
1.3.1 A necessária superação do binômio ser humano e natureza: a adoção do pensamento complexo	45

1.3.2 O Direito no Antropoceno: rumo à construção do Estado de Direito Democrático, Social e Ecológico	52
Capítulo 2 – A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Atuação do Estado	59
2.1 A sociedade de hiperconsumo e a crise de resíduos	60
2.1.1 A construção de uma sociedade hiperconsumista	61
2.1.2 A crise de resíduos.....	66
2.2 Resíduos sólidos: definições e perspectivas	74
2.2.1 Conceituação e classificação.....	75
2.2.2 A concepção alargada do Direito dos Resíduos: o estudo dos fluxos de materiais.....	82
2.3 O mínimo existencial ecológico e o papel do Estado: a proibição da má gestão e o dever da boa gestão	85
2.3.1 A dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana e a instituição do mínimo existencial ecológico	86
2.3.2 Para além da proibição da má gestão: o devido tratamento dos resíduos sólidos como condição para a garantia do mínimo existencial ecológico e o dever da boa gestão.....	94
2.4 Panorama da gestão de resíduos sólidos na Amazônia Legal	105
Capítulo 3 – Os Tribunais de Contas e a Maior Efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Âmbito da Amazônia Legal.....	117
3.1 O “esverdeamento” dos Tribunais de Contas e o controle da Política Nacional De Resíduos Sólidos	118
3.1.1 O redimensionamento ecológico das competências constitucionais dos Tribunais de Contas	118
3.1.2 Diretrizes para o controle da realização da Política Nacional de Resíduos Sólidos	124
3.2 Os Tribunais de Contas da Amazônia Legal em perspectiva: exemplos de atuações	128

3.2.1 Realização de capacitações interna e externa na área de resíduos sólidos pelos Tribunais de Contas da Amazônia Legal.....	129
3.2.2 Realização de auditorias operacionais na área de resíduos sólidos pelos Tribunais de Contas da Amazônia Legal.....	134
3.3 Aspectos para o aprimoramento da atuação dos Tribunais de Contas da Amazônia Legal em prol da boa gestão dos resíduos sólidos	141
3.3.1 Da necessidade de difusão de um novo tipo de controle: o controle de resultados e as auditorias operacionais	142
3.3.2 Da imprescindibilidade da realização das capacitações continuadas e da divulgação de informações: da profissionalização dos servidores, dos jurisdicionados e do fomento do controle social	153
Considerações Finais.....	163
Referências	169